

AMBIENTE

Medida Provisória vai disciplinar exploração de recursos genéticos

Iniciativa é reação a acordo que previa envio de bactérias e fungos para laboratório suíço

SANDRA SATO

BRASÍLIA – O governo editou ontem medida provisória para disciplinar a exploração de recursos genéticos no País. A MP é uma reação à repercussão negativa do acordo firmado entre a organização social Bioamazônia e a multinacional Novartis Pharma, que prevê o envio de 10 mil bactérias e fungos da Amazônia ao laboratório suíço.

A MP proíbe o acesso a recursos genéticos para fabricação de armas biológicas e químicas e determina que a exploração de patrimônio genético dependerá de autorização da União. Ela cria um conselho interministerial, vinculado à Casa Civil, com poderes de conceder autorizações de acesso a amostras do patrimônio genético e ao conhecimento tradicional. A MP também estabelece que a pessoa “de boa-fé” que já explorava economicamente o conhecimento tradicional no País terá

o direito de continuar com a atividade.

“A MP legitima toda e qualquer prospecção e legaliza práticas de biopirataria”, avalia o assessor jurídico do Instituto Socioambiental, André Lima. Ele critica ainda a possibilidade de, com o argumento de “relevante interesse público”, pessoas entrarem sem autorização prévia em terras indígenas para coleta de recursos genéticos.

Protesto – As ONGs chegaram a mandar carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso mostrando os riscos de legislar sobre um assunto importante por meio de um instrumento que pode ser alterado mensalmente,

MEDIDA
É POR CAUSA
DO RECESSO
PARLAMENTAR

após sua reedição. A senadora Marina Silva (PT-AC) discursou no Senado denunciando o governo por “pirataria legislativa”. “O governo está criando um expediente de ‘legispirataria’, um mecanismo de tomar as iniciativas do Congresso e transformá-las em medida provisória.”

Segundo fontes do governo, decidiu-se editar uma MP para preencher o vácuo legislativo que ocorrerá no Congresso por causa das eleições municipais.